

## O Plano Plurianual do governo Lula (2004-2007)

Maria Lucia Fattorelli Carneiro - 2003

O PPA – Plano Plurianual - foi instituído pela Constituição de 1988, com o objetivo de funcionar como o instrumento de planejamento do governo federal ao longo de cada mandato presidencial. Apresentado ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de cada gestão, o PPA apresenta a orientação básica das ações do governo dos 4 anos subsequentes, e define as principais metas orçamentárias, econômicas e sociais do quadriênio.

Analisar o orçamento público é uma excelente forma de verificarmos quais as prioridades políticas de um governo e, conseqüentemente, quais os grupos sociais com maior poder político dentro de uma sociedade. Neste sentido, analisar o PPA é fundamental para identificarmos as linhas gerais de cada mandato presidencial. O PPA de FHC (2000-2003) previu um crescimento de 4,5% ao ano e a geração de 8,5 milhões de postos de emprego. Porém, a falta de investimentos públicos e o corte de gastos sociais (como saúde, educação, transportes, reforma agrária, etc.), aliados às altas taxas de juros, determinaram o péssimo desempenho econômico do período e, conseqüentemente, a não obtenção das metas previstas no Plano Plurianual. O desemprego aumentou, enquanto o crescimento realizado foi menos da metade do previsto.

O governo Lula foi eleito devido à insatisfação com a recessão, o desemprego e a falta de perspectivas dos anos FHC. Logo, esperaríamos que houvesse, no PPA de Lula, mudanças em relação ao de seu antecessor, o que, infelizmente, não ocorreu. Na verdade, o governo Lula aprofunda ainda mais a política de ajuste fiscal, como demonstrado no trecho abaixo, retirado da Mensagem Presidencial do PPA, enviado ao Congresso em agosto. O trecho mostra que o arrocho fiscal se prolongará até o fim do governo:

“Primeiro, o superávit primário do setor público será mantido em um nível compatível com a redução da dívida líquida do setor público abaixo de 50% do PIB ao final de 2007. Segundo, o orçamento primário será

gradualmente ajustado, de modo a reduzir o peso das despesas de pessoal e de custeio no gasto total. (...) Dada a meta de superávit primário anual de 2,45% do PIB para o Governo Central em 2004-2007, o superávit primário do setor público deverá ser de 4,25% do PIB nos próximos quatro anos”

A estratégia é o arrocho cada vez maior dos gastos com pessoal (como na Reforma da Previdência), enquanto o setor financeiro será cada vez mais privilegiado, com o superávit que for necessário para o cumprimento da meta acertada com o FMI. Interessante lembrarmos que, até agosto deste ano, o superávit foi até maior que os 4,25% do PIB, e a dívida ainda cresceu, de 56,5% do PIB em dezembro de 2002 para 57,7% em agosto de 2003. Até onde chegaremos com essa política suicida?

Enganaram-se também os que esperavam uma mudança de postura do governo Lula a partir do orçamento de 2004. Afirmavam estes que “o orçamento do primeiro ano não era o orçamento do governo Lula, pois foi herdado do governo FHC”. Porém, o orçamento de 2004 reserva para os gastos sociais uma quantia ainda menor que FHC, quando consideramos apenas as despesas que não resultam de obrigação legal. O orçamento do governo para 2004 gastará nestas rubricas apenas 3,38% do PIB, contra 3,86% em 2002. Quando analisamos os investimentos em 2004, estes serão de apenas R\$ 7,8 bilhões, quase a metade do previsto para 2003.

O novo Plano Plurianual ainda revela uma nova face do neoliberalismo: o Consenso de Washington II, que consiste na tentativa de se legitimar o neoliberalismo por meio de políticas compensatórias ou paliativas, como o Fome Zero - cujo orçamento anual é equivalente a apenas 4 dias de juros da dívida. Isto apenas demonstra que as políticas neoliberais fracassaram, e que agora é necessário uma roupagem social para a continuação da tradicional política do estado-mínimo.

É evidente que não há saída para o país sem se enfrentar a questão do endividamento público. O economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, ao analisar a situação brasileira, no lançamento do Relatório Anual do FMI dia 18 de setembro, afirmou:

“A Dívida Interna é grande. A Dívida Externa é muito alta. Esses problemas não desaparecem da noite para o dia e continuarão absorvendo uma parcela do crescimento nos próximos anos, a menos que o país adote medidas mais radicais (...) A Espanha entrou em default [moratória] 13 vezes na história e hoje está indo muito bem”.

Recente estudo do próprio FMI demonstrou que países que decretaram moratória reduziram a carga da dívida pública de maneira consistente e experimentaram crescimento econômico nos anos seguintes. Também o ilustre economista Celso Furtado defendeu o “default”, afirmando que “é preciso preparar o país para a moratória (...) Temos de agir rapidamente para fazer face às questões sociais, principalmente o desemprego. O país está parado e não sustenta essa situação por mais de dois anos.”

O que precisamos evitar, diante de eventual dificuldade de pagamento da dívida, é sermos taxados de caloteiros, pois tudo indica que já pagamos muito além do que devíamos. Por isso, defendemos a realização da Auditoria da Dívida, como forma de trazer à tona a verdade sobre esse processo que amarra a economia e a vida de todos os brasileiros.

Itens Selecionados	Programados para o ano	Realizado até Agosto	% Realizado
Segurança Pública	2.782.103	1.220.444	43,87
Assistência Social	9.298.214	4.597.570	49,45
Saúde	27.785.886	15.659.394	56,36

Educação	14.518.836	7.370.123	50,76
Cultura	348.555	91.391	26,22
Urbanismo	911.982	25.063	2,75
Habitação	296.063	90	0,03
Saneamento	225.233	654	0,29
Gestão Ambiental	2.337.004	312.512	13,37
Ciência e Tecnologia	2.093.428	815.091	38,94
Agricultura	8.998.344	2.537.329	28,20
Organização Agrária	1.599.299	291.800	18,25
Energia	2.138.639	1.001.631	46,83
Transporte	5.394.047	763.388	14,15
<b>TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS</b>	<b>78.727.633</b>	<b>34.686.480</b>	<b>44,06</b>
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA</b>	<b>141.558.629</b>	<b>59.689.790</b>	<b>42,17</b>
Serviço da Dívida Interna	110.766.715	43.243.925	39,04
Serviço da Dívida Externa	30.791.914	16.445.865	53,41

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos -

